

CORREIO DO VALE

Antonio Augusto/Ascom/TSE



Finalidade é ampliar participação de povos indígenas

TRE participa de ação no Sertão do Bracuí em Angra dos Reis

A Justiça Itinerante do Tribunal Regional Eleitoral do Rio participa de ação social, nesta sexta-feira, dia 6, das 9h às 15h, em Angra dos Reis. Motivo: ampliar o cadastramento e inclusão eleitoral dos povos indígenas e quilombolas da região. Nas eleições deste ano, pela primeira vez, um local de votação funcionará no Colégio Estadual Indígena Karai Kuery Renda, em Bracuí. Com a ação, moradores do Quilombo Santa Rita e da Aldeia Sapukai poderão transferir o local de votação para votar mais próximo de casa, além de solicitar a primeira via do título, entre outros serviços eleitorais. Em outubro de 2025, a Justiça Itinerante do TRE-RJ esteve no local, em ação que atendeu quase 160 indígenas da Aldeia Sapukai.

Outros serviços serão oferecidos

Organizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), a ação contará ainda com a participação de outros órgãos, como Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Defensoria Pública do Estado do Rio e Detran-R. No local, será possível requerer serviços de emissão da carteira de identidade, segunda via de certidão de nascimento e atendimento do CRAS móvel.

Agência Brasil



Consumidores poderá ver procedência da bebida

Projeto propõe QR Code em bebidas

Estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas podem ser obrigados a disponibilizar ao consumidor um QR Code a fim de possibilitar a consulta a sistemas oficiais para a verificação da autenticidade do produto. A determinação consta no Projeto de Lei, do deputado Daniel Martins (União), aprovada pela Alerj, em primeira discussão, nesta quinta-feira (05). A medida ainda precisa passar por uma segunda votação no plenário da Casa. O objetivo é assegurar verificação das bebidas alcoólicas comercializadas no Estado do Rio.

Regularidade fiscal

Os estabelecimentos deverão disponibilizar ao consumidor, de forma clara e ostensiva, informação sobre a possibilidade de consulta da autenticidade da operação comercial por meio do QR Code constante do documento fiscal eletrônico; e manter visível, no ponto de venda, orientação sobre como realizar a consulta pública de regularidade fiscal dos produtos comercializados.

POR
SÔNIA PAES

Campanhas

O Executivo poderá promover campanhas orientando os consumidores sobre os mecanismos oficiais de consulta já existentes. Fica proibida a imposição de obrigações que impliquem alteração nos processos produtivos, rotulagem industrial ou embalagens de bebidas produzidas dentro ou fora do Estado.

Normas

A medida prevê também que o descumprimento das normas sujeitará o estabelecimento comercial às sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor e na legislação estadual pertinente. O projeto do deputado ainda vai para segunda votação na Assembleia Legislativa.

Agenda regional

A ADR Sul Fluminense definiu, durante três dias de imersão estratégica realizada entre 30 de janeiro e 1º de fevereiro, em Quatis, as diretrizes do seu Planejamento Estratégico 2026, estruturando uma agenda regional baseada em integração institucional, governança e execução orientada a resultados.

Planejamento

O planejamento ocorreu no Hotel Fazenda Bom Retiro e foi conduzido pelo presidente da ADR, Péricles Aguiar. A gerente regional do Sebrae, Paola Tenchini, acompanhou as atividades, contribuindo para o alinhamento metodológico e reforçando a importância do planejamento estruturado como instrumento de desenvolvimento regional.

Educação

Na Educação, as discussões priorizaram a integração entre secretarias e órgãos educacionais, a qualificação da educação básica e o fortalecimento da educação inclusiva e inovadora. Segundo o diretor do eixo, Fernando Vitorino, a diversidade de participantes foi determinante para a qualidade do planejamento.

Mobilidade

O Eixo Mobilidade concentrou os debates no acompanhamento de infraestrutura e na integração logística regional, com destaque para concessões rodoviárias, projetos ferroviários e corredores viários intermunicipais. Ao final, todos se comprometeram em fortalecer o Eixo relacionado à mobilidade.



Neto participa de reunião no auditório da prefeitura

Revisão do Plano Diretor começa a ser discutida

Encontros darão subsídios para audiência do próximo dia 26

Da Redação

Volta Redonda teve mais uma reunião para por elaborar a proposta de revisão do Plano Diretor Participativo do município (PDPDU-VR) – Fase Diagnóstica, visando à leitura técnica da cidade. Segundo o presidente do IPPU, Abimailton Pratti da Silva, já foram realizadas cerca de 30 reuniões desde maio do ano passado, com a participação de vários representantes da administração municipal, além de outros órgãos e instituições convidados.

Na reunião dessa quarta-feira, no auditório da prefeitura, participaram, além de Abimailton, o prefeito Antonio Francisco Neto; os arquitetos Vicente de Paula Loureiro, Luciana Leite de Souza e Vladimir de Souza, que trabalham como consultores no projeto; os secretários municipais de Transporte e Mobilidade Urbana e de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Paulo Barenco e Sérgio Sodré, respectivamente; além de outros integrantes da administração direta e indireta de Volta Redonda.

O presidente do IPPU disse que as reuniões da Comissão Intersetorial são importantes, entre outros fatores, para colher dados fornecidos por instituições como o IBGE, Firjan e Sebrae, entre outros – além dos próprios fornecidos pelos entes municipais –, essenciais para oferecer um melhor diagnóstico do município, e

assim apresentar as propostas nas plenárias e audiências públicas.

“Essas reuniões permitem à Comissão dividir com todos os participantes as informações obtidas, e é um trabalho contínuo. Na próxima quarta-feira (11) vamos compartilhar essas informações, ainda, com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU), a fim de que tenham uma contribuição mais efetiva a partir desses elementos”, afirmou Abimailton.

O arquiteto Vicente de Paula Loureiro acompanha o presidente do IPPU ao reforçar a importância da contribuição de diversos setores no fornecimento de dados, que permitirá um diagnóstico que se aproxime o máximo possível da realidade de Volta Redonda.

“Essa estratégia da prefeitura foi fundamental para termos todos os órgãos trabalhando com foco na próxima fase, em que apresentaremos as propostas. Quando temos um diagnóstico sólido, as contribuições da sociedade só ajudam a enriquecer e a melhorar - declarou.

A segunda Audiência Pública do Plano Diretor Participativo de Volta Redonda (PDPDU-VR) – Fase Diagnóstica está marcada para o próximo dia 26, às 19h, na Aciap-VR (Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Volta Redonda), e Abimailton reforça a importância de que a sociedade marque presença.